

Conhecimento de alunos brasileiros de Ensino Superior sobre plágio acadêmico

Knowledge of Brazilian higher education students about academic plagiarism

Mayck Silva Barbosa(1); Silveny Meiga Alves Vieira(2); Daniela Rocha Rafael(3)

1 Mestre em Biotecnologia. Universidade Federal do Piauí, Brasil.

E-mail: mayckbarbosa@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1623-4210>

2 Mestre em Ciências Biomédicas. Instituto Federal do Maranhão, Brasil.

E-mail: silvenyalves@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7701-6815>

3 Especialista em Docência do Ensino Superior. Universidade Federal do Piauí, Brasil.

E-mail: danny_rocha@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6282-1590>

Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, vol. 4, n. 4, p. 43-55, Outubro-Dezembro, 2018 - ISSN 2447-3944

[Recebido: Março 25, 2018; Aceito: Setembro 16, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i4.2567>

Endereço correspondente / Correspondence address

Mayck Silva Barbosa

Rua Engenheiro Humberto Soares de Camargo, 918, Apto.

02 - Cidade Universitária, Campinas – SP, Brasil.

CEP: 13083-780

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*

Editora: Thaísa Leal da Silva

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

Resumo

O presente estudo visa analisar publicações que mostram o conhecimento de estudantes brasileiros de ensino superior sobre plágio, demonstrando o papel das instituições de ensino superior frente ao plágio acadêmico. Essa problemática surge com a globalização da rede mundial de computadores e a facilidade de acesso à informação. Trata-se de um estudo bibliográfico-descritivo, em que utilizou-se as bases de dados Scielo e Periódico CAPES para seleção das publicações. O tipo de estudo, população amostral, ferramenta de coleta de dados, questões empregadas nos questionários e resultados mais relevantes constituíram as variantes meditadas. A partir da análise, observou-se que existe uma maior similaridade de dados entre os artigos. Além disso, a maior parte dos estudantes demonstra não ter conhecimento suficiente sobre o tema e a lei que o rege, e que a Internet é a ferramenta mais usada para fazer trabalhos acadêmicos. Portanto, as informações aqui reunidas podem suscitar novos estudos a fim de elucidar a realidade desse tipo de infração nas instituições de ensino no Brasil.

Palavras-chave: Plágio. Direitos autorais. Ensino Superior. Brasil.

Abstract

The present study aims to analyze studies which show the knowledge of the Brazilian higher education students about plagiarism, demonstrating the role higher education institutions play in the face of academic plagiarism. This issue arises because of the globalization of Internet and the easy access to information. It is a bibliographic-descriptive study in which Scielo and Periódico CAPES were used as database to select publications. The type of study, sample population, data collection tool, questions used in the questionnaires and the most relevant results constituted the meditated variants. It shows that there is a greater data similarity among the articles. In addition, most students demonstrate they do not have enough knowledge about plagiarism and its law, and Internet is the most widely used tool among them for doing academic work. Thus, the information gathered here may raise new studies in order to elucidate the reality of this crime in educational institutions in Brazil.

Keywords: Plagiarism. Copyright. Higher Education. Brazil.

1 Introdução

Plagiar é o ato de reproduzir integralmente uma propriedade intelectual ou artística de alguém, especificamente na escrita. Essa prática caracteriza-se em fazer paráfrase de um autor sem atribuir-lhe o crédito devido, repetindo um trabalho anteriormente publicado (SKANDALAKIS; MIRILAS, 2004). Além da escrita, existem outros elementos linguísticos a partir dos quais é possível plagiar. A Lei nº 9.610/98 em seu Art. 28 dá ao autor da obra o direito patrimonial de utilizar, desfrutar e dispor da obra literária, artística ou científica, como por exemplo, arranjo musical, tradução para qualquer idioma, produção audiovisual, execução musical e obras de artes plásticas e figurativas.

Muitos estudos ao redor do mundo têm mostrado como o plágio é uma prática comum nas escolas e universidades. Nos Estados Unidos, estima-se que um terço dos universitários comete plágio (POSNER, 2007). Walker (2010), ao analisar práticas reais de plágio em 569 universitários da Nova Zelândia durante um período de cinco anos, concluiu que os alunos estrangeiros do ensino presencial são os mais fraudulentos nesse sentido, do que aqueles de ensino à distância. Outro estudo, realizado no Irã, avaliou o conhecimento de estudantes da Universidade de Ciências Médicas de Teerã sobre plágio e violação de direitos autorais, mostrando que somente a minoria entendia sobre o assunto (GHAREDAGHI et al., 2013).

No Brasil, não é possível ainda revelar tal realidade de forma mais consistente, pois não existem muitas pesquisas que possam contribuir com essa estatística. Porém, um estudo realizado por Krokosz (2011), o qual compara as abordagens sobre o plágio adotadas pelas melhores universidades mundiais com as das brasileiras e propõe como confrontar o plágio no Brasil, resume algumas contribuições elementares a respeito do tema.

A propagação do plágio no mundo tem se perpetuado, principalmente, pela influência da Internet e pela modalidade de Educação à Distância (MCCORD, 2008). Isso ocorre pelo fato de que essa ferramenta tem proporcionado facilidade e instantaneidade na busca de informações no que se refere ao ato de “copiar e colar”, utilizando-se para isso apenas um computador conectado à rede mundial de computadores (STEPHENS; YOUNG; CALABRESE, 2007). Segundo o estudo de Bonette e Vosgerau (2010), os alunos do Ensino Médio utilizam conteúdo plagiado da Internet de forma frequente em seus trabalhos escolares. MacDonald e Carroll (2006) mencionam que não existe preparo adequado de todos os alunos ingressantes à Universidade em termos de habilidades como a escrita acadêmica, conhecimentos sobre o plágio, referências e citações. Porém, o ato de plagiar é considerado crime pela legislação brasileira conforme descrito no Código Penal.

Considerando que o plágio tem sido um ato praticado desde tempos remotos e tem crescido no Brasil, o objetivo desse trabalho foi analisar publicações que mostram

o conhecimento de estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação sobre o tema, comparando suas similaridades e diferenças em diferentes pontos estudados.

2 Metodologia

Esse trabalho é caracterizado como bibliográfico-descritivo, a partir do qual se descrevem características de populações e/ou seus feitos por meio de dados já coletados em estudos anteriores (GIL, 2008), publicados nas bases de dados Scielo e Periódico CAPES entre os anos 2007 e 2017, indexados pelos descritores “plágio acadêmico” e “ética”. De acordo com os critérios de exclusão, foram retirados os artigos de revisão/debate, os internacionais e aqueles cuja população não se enquadrava no nível de escolaridade abordado. Após investigação inicial, foi realizada uma análise mais detalhada dos mesmos e, dessa forma, foram obtidos quatro artigos. Estes utilizaram como ferramenta metodológica a aplicação de questionários com alunos de Instituições de Ensino Superior brasileiras em nível de graduação e pós-graduação, avaliando seus conhecimentos sobre plágio e a legislação específica para tal.

A partir deles, foi possível extrair informações, como o tipo de estudo, população e amostra, tipos de questões empregadas nos questionários e resumo dos resultados (conhecimento da legislação, uso devido e indevido de citações, fontes de pesquisa e uso de imagens). Estas informações foram organizadas em quadros e analisadas em termos de similaridades e diferenças entre as populações de estudantes.

3 Resultados e discussão

Utilizando a metodologia descrita, percebeu-se que não existe uma variedade muito grande de artigos relacionados à avaliação do conhecimento dos alunos de Ensino Superior no Brasil sobre plágio. Esse resultado corrobora com Krokosczyk (2011), que aponta a escassez de dados brasileiros sobre o tema na literatura.

Ao verificar as principais características dos estudos em destaque, analisaram-se informações de base que os compõem, conforme apresenta o Quadro 1.

Quadro 1. Descrição das características gerais dos estudos analisados

Características	Barbastefano e Souza, 2007 (Estudo I)	Da Silva e Domingues, 2008 (Estudo II)	Guedes e Gomes Filho, 2015 (Estudo III)	Maia et al., 2017 (Estudo IV)
Tipo de estudo	Descritivo, bibliográfico-experimental	Descritivo, bibliográfico-experimental	Descritivo, experimental	Empírico, exploratório
População	Alunos de graduação	Alunos de pós-graduação	Alunos de graduação	Alunos de graduação
Coleta de dados	Questionários aplicados: 157	Questionários aplicados: 364	Questionários aplicados: 199	Questionários aplicados: QNF*
	Questionários respondidos: 79	Questionários respondidos: 87	Questionários respondidos: 186	Questionários respondidos: 46
Questões abordadas	Objetivas e Subjetivas			

Fonte: Autoria própria. (QNF*= Quantidade Não Fornecida)

Primeiramente, foi possível identificar o tipo de estudo, o qual corresponde a estudos descritivos e experimentais ou empírico e exploratório, mas somente Barbastefano e Souza (2007) e Da Silva e Domingues (2008) possuem cunho bibliográfico.

No que se refere à população e amostra escolhidas, percebe-se que os estudos não apresentaram similaridade de números entre si, principalmente, aqueles cuja população é representada somente por alunos de graduação. Apesar disso, seus resultados finais são semelhantes como observado no Quadro 2.

Além disso, eles apresentaram tanto questões objetivas quanto subjetivas, e pode-se observar que as questões de múltipla escolha apresentaram-se em maior número e as subjetivas questionaram os conceitos de plágio e domínio público (I, II, III). Contudo, apenas o estudo (IV) abordou a técnica de evocação livre de palavras somada a uma questão discursiva.

Os resultados dos estudos analisados foram obtidos através de questionários, os quais foram adaptados entre si, como resumido no Quadro 2.

Quadro 2. Resumo dos resultados dos estudos analisados

Tópicos questionados	Barbastefano e Souza, 2007 (Estudo I)	Da Silva e Domingues, 2008 (Estudo II)	Guedes e Gomes Filho, 2015 (Estudo III)	Maia et al., 2017 (Estudo IV)
Identificação de gênero	Homens (50,6%) Mulheres (49,4%)	Homens (48,3%) Mulheres (51,7%)	Homens (35,5%) Mulheres (64,5%)	Homens (15,2%) Mulheres (84,8%)
Plágio como crime segundo a Lei Brasileira	Não (52%)	Sim (94,3%)	Sim (100%)	PNA*
Tamanho máximo de uma paráfrase para que não haja violação de Direito Autoral	Cada caso é um caso (71%)	Cada caso é um caso (55,2%)	Cada caso é um caso (68,8%)	PNA*
Permissão da reprodução de obras intelectuais segundo a Lei Brasileira	Quando quem de direito autoriza (83,5%)	Quando quem de direito autoriza (74,7%)	Quando quem de direito autoriza (56%)	PNA*
Entendimento sobre plágio	Conhecimento intuitivo	Conhecimento parcial correto	Conhecimento parcial correto	PNA*
Entendimento sobre domínio público	Desconhecimento	Desconhecimento	Desconhecimento	PNA*
Validade da paráfrase apresentada	Maioria errou	Maioria errou	Maioria errou	PNA*
Fontes de pesquisa utilizadas regularmente em trabalhos acadêmicos dos estudantes	Maioria usa Internet, por meio de sites de busca	Maioria usa Internet, por meio de sites de busca	Maioria usa Internet, por meio de sites de busca	PNA*
Procedimento para utilização de imagens de sites	Sites abertos possuem imagens abertas e uso as imagens sem problema (64,6%)	Sites abertos possuem imagens abertas e uso as imagens sem problema (41,4%)	Sites abertos possuem imagens abertas e uso as imagens sem problema (78%)	PNA*
Estímulo da utilização de textos da Internet em trabalhos acadêmicos durante o ensino médio e/ou superior	Sim (68%)	Sim (56,3%)	PNA*	PNA*
Orientações sobre direitos autorais ou plágio acadêmico por professores	Não (81%)	Não (71,3%)	Sim (69,4%)	PNA*
Palavras mais evocadas pelo emprego do termo “plágio”	PNA*	PNA*	PNA*	Crime (23,2%) Cópia (21,0%)

Fonte: autoria própria. (PNA*= Pergunta Não Abordada).

3.1 Diferenças

Ao analisar tais dados, verificou-se que existem poucas diferenças entre eles. Os principais resultados que se encontram divergentes estão relacionados à identificação do gênero dos alunos que responderam os questionários, à sua percepção sobre o plágio como crime conforme a legislação brasileira vigente, ao conceito dessa prática e à orientação sobre direitos autorais ou plágio acadêmico por parte de algum docente.

Quanto ao gênero, observou-se maior participação de mulheres do que homens. No entanto, é necessário salientar a importância da inclusão de outros gêneros nesses tipos de pesquisas tendo em vista tanto as dificuldades da luta pela igualdade de direitos de uma população que se identifica como diferente (BOURDIEU, 1999), como a possibilidade de contribuição para estudos demográficos ou não desses outros gêneros.

Quanto à percepção dos alunos sobre o plágio como crime, somente o estudo de Barbastefano e Souza (2007) demonstrou que a maioria deles não considera o plágio como crime e sim como uma “infração menor”. Tal pesquisa concorda com a de Diniz e Munhoz (2011), que também discordaram da evidência de plágio como crime. Estes partilham a opinião de que o plágio, não abrangendo direitos autorais, equivale a uma infração ética, que por sua vez, caberia resposta na esfera da bioética.

Todavia, a legislação brasileira é clara quando afirma por meio do Art. 46, inciso III da Lei nº 9.610/98 (Lei do Direito Autoral) que fazer citações para fins acadêmicos e de comunicação não constitui violação dos direitos autorais desde que o nome do autor e a origem da obra sejam indicados. Caso contrário, o Art. 184 e seus parágrafos do Código Penal determinam pagamento de multa e reclusão de até quatro anos como punições.

Outra diferença considerável é vista no conceito de plágio dado pelos diferentes estudantes. Mesmo utilizando uma metodologia distinta dos demais, o estudo (IV) revela que as palavras “crime” e “cópia” são as mais associadas ao termo “plágio”. Além disso, o estudo de Barbastefano e Souza (2007) mostra que eles têm conhecimento claro sobre tal conceito, enquanto nos trabalhos de Da Silva e Domingues (2008) e Guedes e Gomes Filho (2015) mostram conhecê-lo parcialmente. Isso permite concluir que a maioria não possui conhecimento pleno sobre o assunto, o qual é considerado mais abrangente do que uma simples cópia ou reprodução com a citação de seu autor original.

Por último, observou-se que ao contrário de Guedes e Gomes Filho (2015), os estudos de Barbastefano e Souza (2007) e Da Silva e Domingues (2008) mostram que a maior parte dos alunos não recebeu orientação em relação aos direitos autorais e/ou plágio ao longo da vida acadêmica. Diante desse dado, é relevante destacar a importância da responsabilidade que o corpo docente tem no processo de educação dos seus alunos sobre desonestidade acadêmica, discutindo e apresentando informações sobre o plágio e a política que a instituição de ensino superior adota em aulas expositivas no início da jornada dos estudantes, como proposto por Austin e Brown (1999).

As medidas educativas para evitar o plágio acadêmico normalmente estão contidas em disciplinas curriculares voltadas ao ensino da pesquisa, como por exemplo a designada Metodologia Científica (PITHAN; VIDAL, 2013). Além desta, existem as atividades de orientação de trabalhos de conclusão de curso, de pesquisa de iniciação científica, mestrado, doutorado, etc. Para o andamento e finalização de todas as atividades mencionadas se faz necessário um professor, que tem o papel de afeiçoar o saber científico do aluno (LEITE FILHO; MARTINS, 2006). Ainda que as competências não sejam totalmente claras, é indiscutível a função educativa dos professores no âmbito ético da produção científica, a qual deve ser trabalhada em seus pormenores com os alunos, para garantir a integridade ética das pesquisas. As instituições de ensino também têm papel primordial no combate ao plágio, e convém elaborar estratégias pedagógicas focadas na elucidação da integridade científica.

3.2 Similaridades

Muitos resultados similares puderam ser encontrados nessa análise. Inicialmente, foi possível notar um questionamento feito pelos diferentes autores ainda sobre legislação específica, o qual corresponde a que situação é permitida a reprodução parcial de uma obra intelectual. A partir dos resultados obtidos, os estudos concluem que das duas situações colocadas como corretas, somente uma delas “*Quando o dono dos direitos autorais autoriza a reprodução*” foi majoritariamente marcada, indicando que muitos estudantes reproduziriam uma obra intelectual apenas por referenciar seu autor.

Em todos os estudos, o conceito de domínio público também foi abordado, sendo possível observar que os alunos desconhecem esse termo. Muitos o associaram erroneamente ao conceito de acesso público, informação livre e até às atividades de governo, distorcendo seu conceito, o qual é definido como “[...] toda obra científica, literária ou artística com prazo expirado de proteção legal, cujos direitos econômicos não pertencem a ninguém.” (GUEDES; GOMES FILHO, 2015, p. 143).

Outro ponto semelhante apontado foi avaliar se os alunos sabiam identificar se as paráfrases apresentadas eram válidas ou não. Com base nos resultados, grande parte não conseguiu identificar corretamente a validade das paráfrases, evidenciando a falta de conhecimento sobre as normas de citação.

Em seguida, os autores abordaram as fontes de pesquisa mais utilizadas pelos alunos para fazer trabalhos acadêmicos através de sites de busca, e a Internet foi considerada a fonte mais usada. Isso pode ser justificado pelo fato de que a informação científica tem sido mais livre e facilmente acessada através do mundo virtual (GOMES, 2011). Além disso, Kraus (2002) afirma que apesar de estudantes terem a convicção de que plagiar é algo eticamente errado, eles o fazem por causa da facilidade que os recursos da Internet proporcionam.

Em um estudo realizado em Portugal sobre a ética de alunos do ensino superior por meio da frequência de fraudes acadêmicas cometidas, Gama e colaboradores (2013) mostraram que 41,3% deles copiam trabalhos da Internet com alguma frequência. Apesar de o estudo revelar que essa prática não é a mais comum, consiste em um dado preocupante.

Em relação ao procedimento praticado para utilizar imagens provenientes da Internet, a maioria dos estudantes optam por usá-las indevidamente, ou seja, sem referenciar ou pedir autorização de seu proprietário já que estão abertamente disponíveis na rede como sugere Stebelman (1998).

Por fim, embora Guedes e Gomes Filho (2015) assim como Maia et al. (2017) não terem questionado aos voluntários se já foram incentivados a utilizar textos provenientes da Internet para produzir seus trabalhos durante o Ensino Médio ou Superior, os outros dois estudos evidenciam que a maior parte já foi estimulada. Faz-se necessário enfatizar que o problema não está em estimulá-los a produzir trabalhos a partir da rede, mas em não trazê-los a preocupação com o uso indevido desse conteúdo virtual desde o ensino básico e o fato de que o plágio não gera novos conhecimentos.

A partir dessa problemática, é evidente que a Internet apesar de ser uma ferramenta de trabalho propícia ao conhecimento, esta torna-se o atual obstáculo que as instituições de ensino superior enfrentam. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) em seu Art. 43, inciso V, o ensino superior tem por finalidade “suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional [...]”. Partindo desse fim, o plágio deve ser enfrentado de forma que os alunos sejam estimulados a pensar suas atitudes desde a graduação como condutas éticas que contribuirão para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Nesse sentido, os cursos de graduação e pós-graduação têm papel fundamental no combate ao plágio, uma vez que podem buscar estratégias por meio da reestruturação de seus currículos e incentivo à pesquisa dentro dos princípios éticos.

4 Considerações finais

O plágio acadêmico tem sido uma conduta muito comum em todo mundo e, em busca de entender melhor a realidade dos alunos de ensino superior no Brasil, pode-se concluir duas realidades.

De modo geral, constatou-se que ainda não existe uma quantidade suficiente de estudos que exibem a prevalência dos casos de plágio nas instituições de educação brasileiras. No entanto, foi possível compreender de forma sutil que essa prevalência pode ser alta através da análise do conhecimento desses alunos realizada no presente estudo.

Os discentes mostram não terem bagagem satisfatória sobre direitos autorais e suas limitações para o nível de escolaridade em que estão inseridos. A conscientização

de que o plágio é um crime e a cobrança dos educadores para com os educandos desde o ensino básico podem ser formas estratégicas de mudar o perfil dos alunos e futuros profissionais brasileiros perante tal prática.

Nesse sentido, a contribuição de mais pesquisas cujos objetivos sejam realizar levantamentos de casos jurídicos sobre o crime de plágio aperfeiçoando os dados estatísticos é indispensável a fim de que possam ajudar a própria academia brasileira a combater a violação dos direitos autorais e, conseqüentemente, gerar conhecimento de qualidade pela comunidade científica.

Referências

AUSTIN, M. Jill; BROWN, Linda D. Internet plagiarism: Developing strategies to curb student academic dishonesty. *The Internet and higher education*, v. 2, n. 1, p. 21-33, 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S1096-7516\(99\)00004-4](https://doi.org/10.1016/S1096-7516(99)00004-4). Acesso em: 08 mai. 2017.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes. Plágio em trabalhos acadêmicos: uma pesquisa com alunos de graduação. *Anais do 27º Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, p. 8-11, 2007. Disponível em: <https://producaoonline.org.br/rpo/article/viewFile/52/52%3E>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BONETTE, Luzia Maristela Cabreira; VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos. O plágio por meio da internet: uma questão ética presente desde o ensino médio. *Educação em Revista*, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/2318> Acesso em 10 mai. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3026074/mod_resource/content/1/BOURDIEU%2C%20P.%20A%20Domina%C3%A7%C3%A3o%20Masculina.pdf. Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848/1940. Código Penal. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm. Acesso em: 26 mar. 2018

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 26 mar. 2018

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 12 set. 2019

DA SILVA, Aletéia Karina Lopes; DOMINGUES, Maria José Carvalho de Souza. Plágio no meio acadêmico: de que forma alunos de pós-graduação compreendem o tema. *Perspectivas Contemporâneas*, v. 3, n. 2, 2008. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/448>. Acesso em: 02 jun. 2017.

DINIZ, Debora; MUNHOZ, Ana Terra Majia, Cópia e pastiche: plágio na comunicação científica. *Argumentum*, v. 3, n. 1, p.11-28, 2011. Disponível em: <https://introducaocomunicacao.files.wordpress.com/2013/01/diniz-carta-de-uma-orientadora-deboradiniz.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2017.

GAMA, Paulo et al. A ética dos alunos de Administração e de Economia no ensino superior. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, v. 17, n. 5, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552013000500007>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GHAREDAGHI, Mohammad Hadi et al. Knowledge of medical students of Tehran University of Medical Sciences regarding plagiarism. *Acta Medica Iranica*, v. 51, n. 6, p. 418, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249321632_Knowledge_of_medical_

students_of_Tehran_University_of_Medical_Sciences_regarding_plagiarism. Acesso em: 04 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disponível em: http://www.urca.br/itec/images/pdfs/modulo%20v%20-%20como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 10 jun. 2017.

GOMES, Livia Letícia Zanier. Internet: instrumento de plágio ou instrumento de pesquisa?.

Revista Triângulo, v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/227/230>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GUEDES, Diego Oliveira; GOMES FILHO, Douglas Leonardo. Percepção de plágio acadêmico entre estudantes do curso de odontologia. *Revista bioética*, v. 23, n. 1, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231054>. Acesso: 12 set. 2019.

HARTMANN, E. Variações sobre Plágio. Confraria Arte e Literatura, 2006. Disponível em: <http://www.confrariadovento.com/revista/numero8/ensaio03.htm>. Acesso em: 17 jul. 2017.

KRAUS, Joe. Rethinking plagiarism: What our students are telling us when they cheat. *Issues in Writing*, v. 13, n. 1, p. 80, 2002. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/f697aeeee25b02c95e0e933093922177/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030478>. Acesso em: 12 set. 2019

KROKOSZ, Marcelo. Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 48, p. 745-818, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a11>. Acesso em: 12 set. 2019.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; MARTINS, Gilberto de Andrade. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, p. 100, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902006000500008>. Acesso em: 12 set. 2019.

MACDONALD, Randal; CARROLL, Jude. Plagiarism—a complex issue requiring a holistic institutional approach. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, v. 31, n. 2, p. 233-245, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02602930500262536>. Acesso em: 12 set. 2019.

MAIA, Rodrigo da Silva; DE ARAÚJO, Tereza Cristina Santos; MAIA, Eulália Maria Chaves. Plágio acadêmico: a percepção de estudantes de psicologia. *Scientia Plena*, v. 13, n. 8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14808/sci.plena.2017.087101>. Acesso em: 12 set. 2019.

MCCORD, Alan. Improving online assignments to deter plagiarism. In: *tcc worldwide online Conference*. TCCHawaii, p. 41-49, 2008. Disponível em: <https://www.learntechlib.org/p/43817/>. Acesso em: 12 set. 2019.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. *Direito & Justiça*, v. 39, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676/>. Acesso em: 12 set. 2019.

POSNER, Richard A. *The little book of plagiarism*. New York: Pantheon Books, 2007.

Disponível em: http://www.kathrynieplow.pwrfaculty.org/wp-content/uploads/2011/01/Posner_plagiarism.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

SKANDALAKIS, John E.; MIRILAS, Petros. Plagiarism. *Arch Surg*, v. 39, n.9, p. 1022-4, 2004. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamasurgery/article-abstract/397351>. Acesso em: 12 set. 2019.

STEBELMAN, Scott. Cybercheating: Dishonesty goes digital. *American Libraries*, v. 29, n. 8, p. 48-50, 1998.

STEPHENS, Jason M.; YOUNG, Michael F.; CALABRESE, Thomas. Does moral judgment go offline when students are online? A comparative analysis of undergraduates' beliefs and behaviors related to conventional and digital cheating. *Ethics & Behavior*, v. 17, n. 3, p. 233-254, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10508420701519197>. Acesso em: 12 set. 2019.

WALKER, John. Measuring plagiarism: researching what students do, not what they say they do. *Studies in Higher Education*, v. 35, n. 1, p. 41-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03075070902912994>. Acesso em: 12 set. 2019.